



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

MARÇO DE 1997
Nº 125

O governo é contra a 2004

Não se trata das Olimpíadas de 2004, mas de outra muito mais importante para o País e o dia-a-dia dos brasileiros. Ela foi responsável por um dos maiores movimentos populares que o País já conheceu, debatida por vários anos nas ruas e no Congresso Nacional, até sua aprovação. Trata-se da **Lei 2004, de 3 de outubro de 1953**, que criou o monopólio estatal do petróleo e a Petrobras como sua executora.

Sim, mas e daí? Bem, o governo federal, após ver aprovada pelo Congresso sua proposta de revisar a Constituição e extinguir com o monopólio estatal do petróleo, sugere acabar com a Lei 2004.

Mas, se o monopólio acabou, para que a 2004? Ocorre que a Lei estabelece, dentre outras diretrizes, que a União Federal deve ter 51% não só das ações com direito a voto, como também de sua participação no capital social da Petrobras. As demais devem ser pulverizadas: nenhum brasileiro poderá ter mais de 0,1% (um décimo por cento) do capital votante. O fim da Lei significa a brecha para a perda do controle da Petrobras por parte da União.

Para que ter uma companhia de petróleo controlada pelo governo?

Porque o petróleo é um produto estratégico para o País, os investimentos são de bilhões de dólares, portanto, para poucos. É por isso que se diz que, neste setor, o monopólio é do Estado ou das multinacionais.

Antes da 2004, não havia interesse, por parte das companhias estrangeiras em descobrir

petróleo ou construir refinarias no País. O Brasil era apenas mais um ponto de venda. Após a descoberta de reservas superiores a 14 bilhões de barris, construção de refinarias, terminais, dutos e navios, propõe-se entregar toda esta infra-estrutura para aquelas empresas.

Pelo que sei, o monopólio estatal não acabou, apenas o governo pode entregar áreas para pesquisa e produção de petróleo, construção de instalações, ou importar petróleo e derivados para outros, além da Petrobras.

"Porque o petróleo é um produto estratégico para o País, os investimentos são de bilhões de dólares, portanto, para poucos. É por isso que, neste setor, o monopólio é do Estado ou das multinacionais"

Monopólio significa que é exercido apenas por um. Se a concessão é dada a vários, não existe monopólio. Passa a ser tão monopólio quanto a concessão de linhas de ônibus.

Está bem, mas você não acha que o consumidor teria a ganhar com várias empresas concorrendo, estimulando a competitividade, trazendo investimentos?

Vamos por partes. O projeto do governo e o substitutivo do deputado Eliseu Resende dão poderes inimagináveis a cinco diretores da Agência Nacional de Petróleo (ANP), nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado. Poderá ela entregar áreas e informa-

ções onde a Petrobras já tenha **"realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos expressivos na exploração"**, após avaliação da capacidade financeira da Companhia. Isto significa que até a Bacia de Campos, responsável por 80% das reservas brasileiras, poderá ser entregue. Além disso, todos os terminais e dutos construídos pela Petrobras deverão ser colocados à disposição das demais. As refinarias, plataformas e terminais poderão ser transferidos para sub-

sidiárias a serem criadas e, então, privatizadas, transformando a Petrobras em uma empresa de papel. Portanto, não haverá competição, mas, apenas e simplesmente, entre-

ga de dados, tecnologias e patrimônio da Petrobras.

Quanto aos investimentos, eles são efetuados a partir da remuneração recebida pela venda dos derivados. A Petrobras pode fazer todos os investimentos necessários com recursos próprios ou empréstimos tomados no mercado interno ou externo, como qualquer companhia privada ou de economia mista, como é o seu caso, onde 49% do capital social pertencem a acionistas minoritários. Ocorre que o governo limita estes investimentos, apesar da fonte de recursos ser a própria Empresa, sem utilizar um centavo sequer do Tesouro Nacional.

(Continua no verso)

O governo é contra a 2004

(continuação)

A estória então se resume a impedir que a Petrobras invista para que outros o façam. Na verdade, se limitarão a comprar as instalações e reservas da Companhia, como têm feito com outras empresas públicas ou privadas, tomar dinheiro público emprestado no BNDES e aumentar os preços dos combustíveis, como já ocorre com a energia elétrica e telefonia. A Petrobras, ao completar 40 anos de existência, tinha investido no País US\$ 80 bilhões, mais que os US\$ 72 bilhões das 631 empresas estrangeiras em um século.

Se a Petrobras fosse vendida e o total utilizado para pagar a dívida do governo, não seria um bom negócio? Afinal, o governo diz que os dividendos pagos são baixos.

A dívida interna do governo tem crescido uma Vale do Rio Doce a cada três meses, dentre outras razões, devido aos altos juros estabelecidos pelo próprio governo. Os dividendos são uma parte dos lucros, sendo fixados pelo governo, como acionista majoritário. O restante é reinvestido, como em qualquer empresa, aumentando seu patrimônio e os lucros futuros. Em 1996, o lucro líquido foi de R\$ 664 milhões e é função da remuneração recebida na venda de combustíveis, outra vez fixada pelo governo. Em suma: **o governo não pode reclamar dos juros, lucros e dividendos, pois é ele quem fixa.**

Mas, você não acha que teremos mais empregos e preços mais baixos?

Conseguir um emprego, hoje, como se sabe é um pesadelo. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a partir de dados do Ministério do Trabalho, após a abertura descontrolada da economia, foram perdidos 2,4 milhões de vagas a partir de 1990, sendo que 717 mil somente em 1995 e 1996. Vender empresas

como a Petrobras, que compra mais de 80% de tudo o que gasta no País, é extinguir postos de trabalho no Brasil para gerá-los no exterior.

Quanto aos preços, basta a palavra do próprio relator do substitutivo, deputado Eliseu Resende, em palestra na Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), no dia 24 de fevereiro passado. Se-

gundo a *Folha de S. Paulo* do dia seguinte, **"os preços dos combustíveis irão subir quando estiverem totalmente fora do controle do governo". "Não vamos iludir ninguém."** E mais, **"a liberdade total de preços deve ocorrer em até três anos após o fim do monopólio,** conforme projeto do deputado (...) **deverão aumentar basicamente os produtos que hoje são subsidiados, como o GLP (gás de cozinha) e o óleo diesel"**.

Por fim, basta lembrar a declaração do então presidente da Shell Brasil ao jornal *O Globo*, de 28 de janeiro de 1992: **"As companhias estrangeiras terão que ter algumas facilidades para começarem a atuar num mercado longamente monopolizado"**.

Diomedes Cesário da Silva
Ex-presidente da AEPET

Um teto para a AEPET

A AEPET conseguiu começar 1997 realizando uma meta antiga de seus associados: comprou sua sede no Edifício De Paoli - Avenida Nilo Peçanha, 50, grupo 2.409, no Centro do Rio de Janeiro. Sempre foi uma grande preocupação termos a garantia de uma sede própria, livre de constantes aumentos de aluguéis, das ameaças de despejo, da inadequação dos espaços necessários ao atendimento das nossas missões perante os associados, a Petrobras e o nosso País.

Uma entidade que se pretende permanente não pode prescindir do seu teto também permanente. Consta dos nossos planos a instalação, na sede própria, de uma gráfica, paralelamente a um sistema de computadores.

A AEPET está agora na Avenida Nilo Peçanha, 50, grupo 2.409.

Nosso telefone é o mesmo: 220-4774. E o nosso fax, também permanece sem mudança: 262-9224.

Venha conhecer a sua nova casa.

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50, grupo 2.409 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-100 - Tel.: (021)220-4774 - Fax: (021)262-9224 - E.mail: aepet@ax.apc.org.

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida

■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Lúcio Santos Assessoria de Comunicação - Tel.: (021)225-3043